

OK

Fabio Maia Sobral

A DUPLA NATUREZA DO TRABALHO

Análise de uma tentativa de resgate do pensamento de Marx

UFC/1995

Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Ciências Econômicas,
Administração, Atuárias e Contábeis
Departamento de Teoria Econômica
Curso de Ciências Econômicas

A DUPLA NATUREZA DO TRABALHO

Análise de uma tentativa de resgate do pensamento de Marx

Monografia apresentada
como requisito parcial
para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Fortaleza - Ce, março de 1995

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Isabel de Araújo Furtado

Prof: Expedito Lima Passos

Prof: Carlos Negreiros Viana

Prof.: Aécio Alves de Oliveira

Para Adriana, que a bondade e
beleza me faz amar
intensamente. Por sua
simplicidade que encanta a
todos. Muitas vezes criaturas
doces como você são
machucadas pelo mundo. Sua
força há de vencer, pois todo
o caduco será enterrado e
todo o novo florescerá.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho coletivo! A monografia que aqui está é o resultado de um imenso trabalho de uma verdadeira equipe de pessoas. Uma equipe não-explicita, mas tácita. Um grande conjunto de amigos, cada um a seu modo, foi responsável pela elaboração deste trabalho.

A minha graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará foi um longo processo, em que, não somente muitos anos transcorreram, mas, principalmente, vivi momentos de mudanças radicais em meu modo de conceber o mundo. Conheci, nesse período, uma maneira de ver a realidade que busca a superação da sociedade capitalista. Participei de organizações políticas de massa e de caráter partidário. Lutei contra visões que sempre dominaram o horizonte da esquerda brasileira: visões que buscavam a reforma do capitalismo e não a sua superação. Participei de organizações de cunho reformista, que estavam imbuídas de uma perspectiva voltada para a modificação da realidade capitalista a partir da especificidade nacional. Porém, a dureza das lutas políticas me fez ver, e a um conjunto de companheiros oriundos do mesmo processo político, que a revolução que pode destruir o capital terá que assumir um caráter mundial.

As concepções de Marx tornaram-se parte da minha compreensão da realidade capitalista. Busco aliar as conclusões de Marx ao movimento do capital no mundo moderno, com suas particularidades e diferenças.

Os meus agradecimentos devem principiar pelo reconhecimento de que, esse processo e os companheiros que dele participaram, fazem parte direta de minha formação intelectual e, portanto, da visão que me permitiu realizar este trabalho. Quero, porém, excluí-los dos erros e das falhas que por ventura venham a ser detectados. O meu primeiro agradecimento é, por essas razões, a um coletivo de natureza política.

Devo agora agradecer a Ilana e Sinval, grandes amigos, que me deram a primeira idéia desse tema. São incontáveis os aborrecimentos que causei a eles com as, sempre urgentes, impressões do trabalho. Sem contar com a cobrança que eles, Ilana e Sinval, além de seu Leonardo e dona Leônia, exerceram para o término da monografia.

Agradeço ao amigo Urbano pelas discussões do texto manuscrito e pelas sugestões corretas que espero

estejam finalmente incluídas. Ao grande amigo Rui que ouviu minhas angústias e fervorosamente torceu pelo final desse esforço. Ao meu irmão Humberto e a sua esposa Lucy, pela ajuda e acolhida que me proporcionou o acesso à ferramenta que me fez sofrer, a princípio, e depois tornou-se um instrumento poderoso de ação: o computador. Além da preocupação com os prazos, que os levou a cobrar a minha presença em sua casa.

Agradeço ao amigo Expedito por sua paciência e disponibilidade, que me fizeram aprender muito. Seu enorme conhecimento me permitiu conseguir obter êxito na disputa por uma vaga no mestrado em filosofia, além de participar como professor membro da banca examinadora deste trabalho.

Agradeço a Carlos Vianna que atendeu prontamente ao meu pedido de que participasse da banca examinadora da monografia.

Agradeço aos meus pais por me proporcionarem a tranqüilidade necessária a realização deste trabalho. Agradeço também ao seu desejo de que eu obtivesse sucesso. A minha vida universitária tem a marca dos meus pais. O seu sofrimento pelos longos períodos de abandono do curso, a sua preocupação diante da militância política e o medo de que minha integridade física estivesse em risco. Lutarei sempre para corresponder aos seus desejos para o meu futuro. Sei que sua única exigência tem sido a de que eu seja feliz; estou lutando por essa felicidade e me dói ver, que essa busca dos meus objetivos possa, temporariamente, afastar-nos fisicamente. O seu amor e dedicação me marcaram e formaram o meu princípio de me preocupar com as pessoas e de lutar por uma modificação da massacrante realidade capitalista.

Agradeço à Adriana, a mulher que amo, por suas horas de trabalho na digitação de partes da monografia, nas orientações sobre a composição da bibliografia, na sua torcida para a conclusão do trabalho, por suas cobranças diante de minhas falhas, por sua paciência pelos longos dias de enclausuramento e pelo amor que ela me dedicou e dedica. E, finalmente, por nosso projeto comum que está evoluindo passo a passo e trazendo seus frutos doces. Tantos momentos dolorosos, tantas alegrias, tanta ternura. Você me faz viver melhor dia a dia.

Finalmente agradeço à professora Isabel sem a qual este trabalho não teria se realizado. Sua ajuda ultrapassou o campo da orientação do trabalho; devo dizer que foi uma orientação digna de um real trabalho de natureza científica, com acompanhamento, discussões,

sugestões, apendizado, como não existe até mesmo em cursos de pós-graduação. Sua preocupação para que eu não me prejudicasse, suas repreensões diante das minhas incontáveis falhas, sua disponibilidade em assumir uma situação extremamente complicada de orientação da monografia. Seu sacrifício em abdicar de outras tarefas para ler os materiais. Não tenho e jamais terei possibilidade de retribuir tudo o que Isabel fez por mim e por esse trabalho. Resta-me eximí-la das falhas e procurar corresponder no mestrado e na vida à confiança depositada em mim. Aprendi dolorosamente a não fazer afirmações que não possa provar, aprendi a concentrar-me no tema e aprendi a não desejar realizar um trabalho megalomaniaco; enfim, aprendi a ter humildade. Agradeço a você Isabel.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO UM - A DUPLA NATUREZA DO TRABALHO EM MARX.....	15
CAPÍTULO DOIS - A DIALÉTICA, O HOMEM E O TRABALHO EM MARX.....	44
CAPÍTULO TRÊS - A OPOSIÇÃO ENTRE FILOSOFIA DO TRABALHO E ECONOMIA DO TRABALHO.....	56
CONCLUSÃO.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	80

INTRODUÇÃO

A queda dos países do Leste europeu colocou em discussão a validade das concepções de Marx sobre o modo de produção capitalista. Estaria confirmada a eternidade destas relações sociais de produção. O socialismo teria demonstrado sua impraticabilidade, pois as sociedades derrotadas seriam a sua fiel expressão.

A discussão sobre a natureza sócio-política dos países do Leste é travada por Robert Kurz, autor do livro "*O Colapso da Modernização*". Kurz nega que tais sociedades tenham sido socialistas. Pelo contrário, sua tese é a de que havia ali um capitalismo atrasado em relação aos países capitalistas do Ocidente. O Leste europeu, na verdade, não teria ultrapassado o estágio mercantilista, vivido pelo Ocidente em seus primórdios capitalistas. Diz Kurz que,

"Aquilo que prometia uma sociedade futura, pós-burguesa, revela-se como regime transitório pré-burguês, estagnado, a caminho da modernidade, como dinossauro fossilizado originado no passado heróico do capital." (KURZ, 1989:29)

A identidade entre o Leste europeu e as sociedades capitalistas ocidentais é, segundo Kurz, dada pela predominância da produção de mercadorias. As categorias fundamentais do modo de produção capitalista estariam presentes no Leste, tais como o salário, o lucro e o preço. Kurz diz isso na passagem abaixo:

"... aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (ganho da empresa)." (KURZ, 1989:29)

Porém a identidade fundamental entre o Ocidente e o Leste, segundo Kurz, é o dispêndio de trabalho sem as suas qualidades sensíveis para valorizar o trabalho morto¹. As duas formações sociais caracterizam-se pela submissão das propriedades úteis dos produtos - o seu valor de uso - ao seu valor econômico; valor esse que é de natureza puramente social, ou seja, é existente a partir de um modo peculiar de organização da produção. No processo de produção das fontes de vida os homens organizam-se como produtores de mercadorias e o seu trabalho deixa de ser útil para satisfazer as necessidades humanas naturais, como alimentar-se, vestir-se, proteger-se das intempéries. A necessidade já não é de origem natural, ela passa a ser de origem social. O trabalho é dispendido para reproduzir a mercadoria e valorizá-la. Então a mercadoria é vendida _ realizada _ trocada por dinheiro; dinheiro que servirá para reiniciar o ciclo produtivo em um permanente processo de produção de mercadorias. O trabalho passa a trazer uma finalidade em si mesma, que é a necessidade de reproduzir a mercadoria e valorizá-la. Vejamos o que diz Kurz,

"É precisamente esse caráter, de finalidade inerente, que igualmente caracteriza o sistema burguês do Ocidente e o movimento operário moderno: revela-se no 'ponto de vista do trabalhador' e no *ethos* de trabalho abstrato aquela idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas

1 Trabalho morto - trabalho realizado em um ciclo produtivo anterior ao atual e que permanece como um coágulo de trabalho. Ele já não pode reproduzir-se, é um trabalho passado. São as máquinas e os produtos já concluídos.

subjetivamente perceptíveis." (KURZ, 1989:21 e22)

Kurz identifica o Ocidente e o Leste como a mesma formação social, apesar que em estágios distintos de desenvolvimento. Para provar a sua tese ele utiliza-se dos conceitos de Marx em sua análise do capitalismo. Kurz nega a visão corrente dos defensores do capitalismo de que o colapso do Leste tenha sido a demonstração prática da falsidade das teses de Marx. Ao negar que aquelas sociedades eram socialistas e colocá-las sob a ótica do capital, Kurz produz o efeito de combater o ataque a Marx. Queremos nesse trabalho discutir o que consideramos como o ponto central das concepções de Marx: o trabalho. Dentro dessa ótica tentaremos entender o que é o pensamento de Marx sobre a questão do trabalho e quais os conceitos retirados deste pensamento, sobre a questão do trabalho, de que se utiliza Robert Kurz na análise das sociedades do Leste europeu. Buscamos ainda compreender qual o grau de profundidade dessa retomada do pensamento de Marx.

Kurz utiliza-se de instrumental teórico de Marx. Até onde essa utilização tem em vista a exata dimensão da questão do trabalho em Marx é o ponto central de nossa discussão. A questão está fundamentalmente concentrada na problemática do trabalho. É aí que Kurz identifica as duas formações sociais e é também nesse ponto que Marx dirige suas investigações para compreender a essência do capital, para desvelar suas leis internas. Na compreensão do trabalho dá-se a resolução da polêmica sobre o caráter do valor. O trabalho é ainda o ponto de conexão entre a economia e a filosofia. Mas para entender a ligação do pensamento de Kurz, no livro "*O Colapso da Modernização*", ao

pensamento de Marx devemos descortinar anteriormente o pensamento do próprio Marx.

Teremos alguns objetivos a ser atingidos durante a nossa análise. O primeiro objetivo é o de caracterizar a concepção de Marx sobre o trabalho, identificando dois conceitos básicos de trabalho utilizados em "O Capital": o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

O segundo objetivo é o de identificarmos dois aspectos filosóficos que serviram de base para a análise econômica do trabalho em Marx, que são: a dialética e a investigação sobre o homem na relação sujeito-objeto.

O terceiro objetivo é o de analisar a concepção de Robert Kurz sobre o trabalho a partir de sua obra "*O Colapso da Modernização*". Queremos descobrir se Kurz pretende resgatar a concepção de Marx sobre o trabalho, considerando os dois aspectos investigados nessa monografia, a saber: o trabalho concreto e o trabalho abstrato, como questão da crítica da economia política desenvolvida por Marx, e o trabalho como problemática filosófica.

O resultado prático desse questionamento que fazemos a Kurz é respondermos nós mesmos como concebemos Marx, qual a sua lógica interna e seus desdobramentos. Dizemos isso devido à necessidade de aclararmos o nosso norteamento teórico; sem esse procedimento não poderíamos conduzir uma investigação orientada para a recuperação do pensamento de Marx, e esse é o objetivo principal do nosso trabalho: compreender este pensamento como um todo integrado que precisa ser recomposto. Inevitavelmente, realizamos um julgamento do que é o pensamento de Marx, de quais os

critérios que devemos utilizar nesse julgamento e de quais as categorias fundamentais daquele. Uma maneira particular de compreender a realidade exige que sejam definidos os seus pressupostos básicos, sob pena de não ser de fato particular. O mito da neutralidade científica é falso e serve unicamente para manter inatacadas as concepções dominantes. A própria experimentação laboratorial impõe que seja definido a priori o que será estudado e quais as hipóteses iniciais. O cientista precisa definir o seu campo de estudo e ele o faz a partir de seus interesses, do que ele julga relevante, do seu processo de formação como cientista, ou seja, de sua vida, o que nada mais é do que ter critérios anteriores de julgamento.

Utilizamos-nos do livro de Robert Kurz para tal propósito por estar contido nele um combate aos ataques lançados contra o pensamento de Marx, mas não um simples combate e sim, muito mais isso, uma utilização das concepções e categorias principais na interpretação da realidade capitalista.

Resta-nos iniciar a discussão e esperar que ela possa trazer benefícios para todos os que buscam entender o pensamento de Marx e as discussões que são travadas em torno dele. Nada mais atual do que a análise do capitalismo e, quem pretende fazê-la não pode prescindir da investigação realizada por Karl Marx. Para o nosso desenvolvimento pessoal este é um trabalho inicial de um rumo que buscaremos seguir até às últimas consequências. Apesar de inicial não significa que nosso empenho tenha sido menor, pelo contrário, os receios foram muitos e aterradores. Este trabalho exerceu um papel muito importante para nós: o de que devemos assumir os riscos dos erros e sem o

temor da crítica, pois, de absoluto só conhecemos o movimento.

" O sol não apenas, como Heráclito diz, é novo cada dia, mas sempre novo, continuamente."
(ARISTÓTELES,
Meteorologia, II , 1991)

CAPÍTULO UM - A DUPLA NATUREZA DO TRABALHO EM MARX

Buscamos, neste capítulo, caracterizar a concepção de Marx sobre o trabalho. Focalizamos nossa atenção em duas categorias teóricas centrais da sua obra principal (*O Capital*) que são o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

Qual o motivo de nossa discussão sobre Marx voltar-se para a sua concepção de trabalho? Acaso não há outros elementos mais importantes em sua longa produção teórica?

A formação das concepções de Marx foi acompanhada por um contato permanente com a problemática do trabalho. Uma das principais influências sobre o pensamento de Marx é a dialética exposta no sistema de Hegel. Marx conserva e supera a dialética hegeliana. Vejamos como Marx discute essa questão,

"Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador, e, no capítulo sobre teoria do valor, joguei, várias vezes, com seus modos de expressão peculiares.... Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico." (MARX, 1985:16 e 17)

Não é correto supor que Marx encontra em Hegel somente influência filosófica. Por intermédio de Hegel, Marx encontrava uma visão filosófica sobre o trabalho, pois,

"Marx viu o sistema hegeliano como uma verdadeira filosofia do trabalho." (MANDEL, 1968:13 e 14)

Hegel tinha interpretado filosoficamente as formulações de Adam Smith e essa questão será uma das bases do pensamento de Marx

"...o próprio Hegel tinha sido profundamente marcado na sua juventude por estudos econômicos, e principalmente pelo de Adam Smith...'Abordando a *Fenomenologia do Espírito*, a *Filosofia do Direito* e mesmo a *Ciência da Lógica*, Marx não descobria pois somente Hegel, mas já, através dele, uma parte da Economia clássica que aí está assimilada e filosoficamente traduzida, de sorte que Marx não teria tão bem procedido na sua crítica da sociedade civil e do Estado segundo Hegel se não tivesse encontrado já nele certos elementos que permaneciam vivos, como a teoria das necessidades, a da apropriação ou a análise da divisão do trabalho.'" (Mandel, 1968, págs. 13 e 14)

O trabalho em Hegel vai desempenhar um papel muito importante e Marx forma suas concepções em estreita ligação com esse pensamento. Mandel descreve o papel do trabalho em Hegel

"...Hegel já tinha caracterizado o trabalho como a natureza essencial da *práxis* humana." (Mandel, 1968, pág. 31)

Outra influência decisiva na formação do pensamento de Marx foi o estudo e a experiência da realidade da sociedade francesa e, principalmente, das seitas socialistas e progressistas nesta sociedade, além da descoberta, para Marx, da classe operária e do seu modo de vida. Vejamos o que diz Mandel a esse respeito

"...foi o clima global da sociedade francesa sob Luís Felipe, a efervescência de idéias progressistas, a atividade das diversas seitas socialistas, o primeiro contato vivido com a classe operária e com a condição proletária que permitiram cristalizar essas influências literárias...ele descobre ao mesmo tempo o trabalho, o trabalhador, o proletário, enquanto encarnação dessa humanidade

alienada que se trata de emancipar."
(Mandel, 1968, pág. 17)

Encontramos, novamente, a influência da questão do trabalho no pensamento de Marx. Agora é a realidade de uma sociedade concreta, no caso a sociedade francesa de então, a moldar o seu pensamento e os seus interesses teóricos. O trabalho, o trabalhador, o proletário torna-se, para Marx, o veículo da emancipação da humanidade. A questão do trabalho passa a autodemonstrar a sua importância no pensamento de Marx. Mandel nos diz a obra em que Marx elabora o papel do proletariado

"E na sua *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito*, ele fará desse proletariado o autor de sua auto-emancipação, que se torna pelo fato mesmo a emancipação da humanidade inteira."
(Mandel, 1968, pág. 17)

O início das discussões de Marx sobre a economia e os fatos da realidade material também são marcados pela questão do trabalho. Marx é obrigado, como redator da "Gazeta Renana", a responder a uma polêmica sobre a questão do modo de vida dos camponeses da região alemã do Mosela, sobre os debates sobre livre-câmbio e protecionismo e sobre o roubo de lenha. Vejamos o que Marx nos diz

"Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung*, encontrei-me pela primeira vez na obrigação embaraçosa de dar a minha opinião sobre o que é costume chamar-se os interesses materiais. As deliberações do *Landtag* renano sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a polêmica oficial que o Sr. von Schaper, ..., sustentou com a *Rheinische Zeitung* sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente os debates sobre o livre-câmbio e o protecionismo, forneceram-me as primeiras razões para me ocupar das questões econômicas." (Marx, 1983, págs. 23 e 24)

Marx percebe, ainda que empiricamente, a discussão sobre o trabalho por detrás da realidade material. As punições jurídicas para o roubo de lenha em forma de trabalho para os donos da terra indicavam a origem do lucro: o trabalho não-pago. Mandel discorre sobre essa questão

"Marx aprende já que a propriedade privada, em defesa da qual o Estado parece querer votar-se exclusivamente, resulta de uma apropriação privada, monopolizadora, de um bem comum. E ele pressente numa disposição penal, que atribui ao proprietário o trabalho do ladrão para compensar suas perdas, a chave principal de sua futura teoria da mais-valia: é o trabalho forçado não-retribuído que é a fonte das 'porcentagens', isto é, do interesse, isto é, do lucro." (Mandel, 1968, pág. 15)

Marx adquire interesse pelos aspectos econômicos e passa a estudar seriamente a Economia Política. "Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844" são o resultado literário desse momento de encontro de Marx com a Economia Política. Os "Manuscritos" também trazem expressa a preocupação de Marx com a questão do trabalho. O "Terceiro Manuscrito" começa pela discussão da essência da propriedade privada, que é o trabalho. Marx diz

"A essência *subjetiva* da propriedade privada, a propriedade privada como atividade em si mesma, como *sujeito*, como *pessoa*, é trabalho." (Marx, 1983, pág. 110)

A importância da questão do trabalho no pensamento de Marx não se deu unicamente por uma escolha arbitrária do próprio Marx, mas porque o desenvolvimento capitalista influenciava poderosamente os rumos das pesquisas de diversos setores intelectuais na Europa. Havia uma busca ávida de compreensão das

modificações ocorridas na realidade social e vários campos da investigação teórica das ciências humanas estavam envolvidos na tentativa de resolver as questões oriundas da problemática do trabalho. O surgimento da Economia Política é um exemplo claro desta tentativa. A preocupação de filósofos do porte de Hegel é outro sinal nítido da importância que a questão do trabalho desempenha no capitalismo.

A consolidação do capitalismo como sistema dominante em vários países europeus e à sua expansão para todos os recantos do planeta exercia o papel de pólo diretor do desenvolvimento científico. A realidade econômica passa a influenciar toda a sociedade. Engels nos descreve as suas impressões sobre o seu encontro com a força da economia na vida social

"Em Manchester, eu me choquei com o fato de que as realidades econômicas, que até então não tinham desempenhado qualquer papel, ou um papel desprezado, na historiografia, representam pelo menos no mundo moderno uma força histórica decisiva; que elas constituem a base do nascimento das contradições de classe contemporâneas; e que essas contradições de classe representam, no país onde elas se desenvolveram plenamente graças à grande indústria, a saber na Inglaterra, a base da formação dos partidos políticos, das lutas de partido, e deste fato de toda a história política." (Mandel, 1968, págs. 11 e 12)

A tentativa de explicar a realidade social capitalista, descobrir suas leis internas e até entender a destruição do sistema social anterior, o feudalismo, impunha a explicação da natureza do trabalho. O trabalho era o novo fundamento social básico.

Afirmamos que o trabalho é uma questão teórica fundamental do pensamento de Marx e até fizemos uma

breve abordagem dos fatores que tornaram o trabalho um elemento decisivo nas discussões teóricas na época capitalista. Porém, devemos nos perguntar sobre como Marx concebia o trabalho a partir das categorias de trabalho concreto e abstrato.

Antes de discutirmos o trabalho concreto e o trabalho abstrato como elementos da realidade social capitalista é preciso entender como Marx compreendia as épocas históricas e o seu desenvolvimento. Para Marx os períodos históricos têm sido a história dos modos de produção², ou a história das maneiras distintas que o homem utilizou para organizar a produção dos bens necessários à sua existência. A partir de uma determinada organização do processo de produção temos uma sociedade determinada e diferenciada. Os vários modos como o homem organizou-se ao longo de sua existência determinaram a diferenciação das sociedades e das épocas históricas. Vejamos como Marx descreve estas leis:

" O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais...O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual." (Marx, 1991, pág. 30)

2 Modo de produção- é a unidade entre as relações que os homens estabelecem para produzir (relações de produção) e as forças produtivas (força de trabalho humana, objetos sobre os quais se trabalha e instrumentos com que se trabalha) necessárias para pôr em ação o processo produtivo. Tais relações não são restritas unicamente ao local de produção. São relações de natureza política, jurídica, artística e comportamental.

A relação social de produção no capitalismo é o resultado do confronto no mercado entre possuidores dos meios de produção - de vida - e possuidores da força de trabalho. O capitalismo é a relação entre o capital e o trabalho no processo de produção da vida material. Nenhuma época anterior teve como característica dominante o capital como comprador da força de trabalho. O capitalismo é uma época particular da história humana. Segundo Marx

"...aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social."
(Marx, 1985, pág. 190)

O capitalismo é a organização específica da produção baseada na relação de assalariamento da força de trabalho para a produção de mercadorias. A mercadoria torna-se a forma dominante de como os produtos do trabalho vêm ao mundo. Na verdade, o capitalismo é o mundo onde domina a produção de mercadorias, é o mundo das mercadorias. Marx nos diz

"O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho."
(Marx, 1985, pág. 190)

A mercadoria é a expressão da riqueza no modo de produção capitalista, mas não só isso, a mercadoria é a célula básica dessa riqueza, é a unidade elementar da riqueza no capitalismo. Por isso, Marx a investiga de forma minuciosa. O próprio trabalho, como vimos acima,

toma a forma de mercadoria. Marx descreve o papel da mercadoria no capitalismo

"A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em 'imensa acumulação de mercadorias', e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza." (Marx, 1985, pág. 41)

O que é a mercadoria então? A mercadoria é um objeto que satisfaz necessidades humanas, logo é uma coisa útil, que possui um valor pelo seu uso, um valor de uso. Marx descreve o valor de uso das mercadorias nessa passagem de "O Capital".

"A mercadoria é...uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia." (Marx, 1985, pág. 41)

Porém, no capitalismo a mercadoria, o valor de uso, a coisa útil, traz dentro de si o valor de troca, carrega em seu corpo material um outro valor: o valor de troca. A mercadoria passa a ser uma coisa que tem uma natureza dúplice, com dois tipos de valores, o de ser útil e o de ser trocável. Afirma Marx

"Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca." (Marx, 1985, págs. 42 e 43)

Quando encontramos a mercadoria no mercado, e ela não está sob nossa investigação, o aspecto de ela ser trocável parece uma casualidade. Parece-nos que o valor de troca é a mera relação quantitativa em que trocam-se os produtos úteis diferentes. O valor de troca parece ser algo intrínseco ao produto, à mercadoria, e a mera expressão de algo sem uma razão que se possa compreender. Marx expressa essa questão nessa passagem

"O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam...o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo...imane a mercadoria." (Marx, 1985, pág. 43)

Um aspecto, porém, faz com percebamos um elemento que nos permite compreender o valor de troca: as trocas sempre são a expressão de algo igual, não variam de acordo com desejos ou elementos fortuitos. Há uma essência que permite a igualdade nas relações de troca. Marx descreve

"...os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam, todos, um significado igual...o valor-de-troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir." (Marx, 1985, pág. 43)

O valor de troca é a manifestação do valor da mercadoria. O valor é a substância da mercadoria e o valor de troca o modo como esta mercadoria aparece ao mundo. Marx diz

"O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor-de-troca é, portanto, o valor das mercadorias...valor-de-troca como o modo necessário de expressar-se o valor ou a forma de este manifestar-se." (Marx, 1985, pág. 45)

O valor de uso é o portador material do valor que permite as trocas, o valor de troca. Ao desempenhar este papel de portador material do valor de troca salta-nos aos olhos a conclusão de o valor de uso, em sua forma de mercadoria, ser o portador do valor, que é a essência do valor de troca. Uma coisa para ter valor precisa estar em um corpo útil. A mercadoria é o duplo aspecto de valor de uso e valor. Porém, a mercadoria é produzida pelo trabalho humano. O trabalho é que dá às

mercadorias o seu caráter de valor de uso e de valor. O trabalho ao produzir a mercadoria e dar-lhe uma dupla natureza também passa a possuir um duplo aspecto, o de atribuir valor de uso e o de atribuir valor às mercadorias. Marx afirma

"A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor-de-uso e valor-de-troca...o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores-de-uso." (Marx, 1985, pág. 48)

O trabalho não possui somente uma dupla natureza, essas duas faces do trabalho são distintas. É o que nos fala Marx nessa passagem

"...distinção entre o trabalho que se realiza em valores de uso, e o trabalho que se realiza em valores de troca." (Marx, 1983, pág. 34)

Na obra fundamental da sua elaboração teórica, que é "O Capital", onde encontra-se a análise do modo de produção capitalista, Marx identifica dois tipos básicos de trabalho que estariam presentes na mercadoria (que é a célula básica da sociedade capitalista) o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

O trabalho concreto é o trabalho útil realizado por determinados profissionais. É o trabalho produtor de objetos úteis, de valores de uso. Eis a definição de Marx para o trabalho concreto

"Chamamos simplesmente de trabalho útil aquele cuja utilidade se patenteia no valor-de-uso do seu produto ou cujo produto é um valor-de-uso." (Marx, 1985, págs. 48 e 49)

Tudo o que tem utilidade para os seres humanos é um valor de uso. Utilidade e valor de uso estão

intrinsecamente ligados. Um objeto só tem valor de uso para nós se nos é útil. O valor de uso é produto de trabalhos concretos úteis. A marcenaria, a tecelagem, a agricultura, enfim, todas as atividades profissionais conhecidas são trabalhos concretos e úteis, possuindo o valor de atribuírem características concretas aos produtos originados deles. O trabalho concreto é o trabalho que produz valores de uso ou valores que são utilizados, consumidos. Marx nos diz como distinguir o valor de uso e, conseqüentemente, o trabalho que o produz, o trabalho concreto.

"O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela."
(Marx, 1985, pág. 42)

O tecido tem propriedades físicas e químicas, assim como o algodão que lhe deu origem. O tecido pode até receber propriedades distintas de sua natureza material, como as propriedades psicológicas: o tecido pode ser mais apreciado pela moda - no seu aspecto coletivo - , ou pelo gosto pessoal. A satisfação é o que importa no valor de uso. Diz Marx,

"A mercadoria...satisfaz necessidades humanas...provenham do estômago ou da fantasia." (Marx, 1985, pág. 41)

Suas propriedades são postas a nu pelo processo de sua transformação na produção. Não somente o algodão recebe essa possibilidade de mostrar-se ao ser humano através do processo produtivo, mas todos os elementos da natureza que são extraídos pelo homem para servir-lhe. As características físico-químicas já existiam e o seu aparecimento é decorrente do desenvolvimento material e científico das sociedades humanas. A

produção revela ao homem os modos distintos de usar os objetos.

"Constituem fatos históricos a descoberta dos diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas..." (Marx, 1985, pág. 42)

Assim como aquele desenvolvimento é responsável por trazer à luz às propriedades naturais é também responsável pelos diversos modos de posicionar-se frente ao objeto. A relação psicológica é influenciada pelo desenvolvimento social e é produzida a partir das diversas relações presentes em uma sociedade determinada. Segundo Marx

"...a produção determina não só o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva, mas também subjetiva. Logo, a produção cria o consumidor." (Marx, 1983, pág. 210)

A medida que uma sociedade evolui culturalmente descobrem-se novos e variados modos de utilização dos elementos da natureza. Existem também propriedades naturais já conhecidas por longos períodos, mas que não tinham utilidade prática mais importante porque o modo de organização social impedia a sua implementação: temos os exemplos clássicos do ímã (e a utilização muito posterior por meio do magnetismo) e do vapor (força motriz básica da indústria capitalista), ambos conhecidos na Grécia antiga (escravocrata). É necessário o conhecimento e a possibilidade de utilizá-lo.

"A propriedade do ímã só se tornou útil, depois de se descobrir, por meio dela, a polaridade magnética." (Marx, 1985, pág. 42)

O objeto serve ao seu propósito quando é consumido. O valor de uso realiza os seus desígnios no

consumo; ele se realiza no consumo. A sua razão de ser aparece no seu uso, no seu gasto. é o que nos diz Marx

"O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo." (Marx, 1985, pág. 42)

Logo, para o valor de uso só importam as quantidades que possam ser absorvidas na existência humana. Tudo o que é produzido além das necessidades concretas da sociedade humana é desperdício. Devemos ressaltar que nas necessidades humanas incluem-se as reservas feitas para prevenir dificuldades de várias ordens, como catástrofes naturais ou sociais. A produção está assim, sob a ótica do valor de uso, ligada por uma relação de dependência às necessidades sensíveis³ do ser humano.

Os trabalhos concretos estão presentes em todos os estágios da existência humana. Todas as épocas históricas tiveram que arrancar da natureza o seu sustento. Produtos úteis, valores de uso, são indispensáveis para a sobrevivência do ser humano. A afirmação de que os trabalhos concretos acompanham toda a história da humanidade faz com que Marx descubra que não serão os trabalhos concretos os elementos identificadores de tais épocas. Os trabalhos concretos têm uma natureza geral e, devido a isso, são incapazes de demonstrar o que é próprio de cada época social. Os trabalhos concretos sempre acompanharão a humanidade; não poderíamos conceber uma sociedade em que o homem estivesse livre dessa busca da satisfação de suas

3 Necessidades sensíveis- são aquelas oriundas das necessidades orgânicas ou psicológicas dos seres humanos. São vitais para a existência do ser humano. Estão indissolivelmente ligadas ao valor de uso, pois somente ele pode satisfazê-las.

necessidades naturais, da luta por manter-se vivo, até porque desprezar tal busca determinaria a própria extinção da espécie humana.

"O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana." (Marx, 1985, pág. 50)

Os trabalhos concretos, em épocas sociais anteriores ao capitalismo, têm como finalidade a satisfação humana, o uso humano, ou melhor, a utilidade para o ser humano. É o que nos diz Hobsbawm

"...inicialmente, tanto a produção como a troca têm, como finalidade, apenas, o uso - isto é, a manutenção do produtor e de sua comunidade." (Hobsbawm, 1986, pág. 16)

Marx vem confirmar esta questão colocada por Hobsbawm. Marx discute a limitação da sociedade burguesa que busca a satisfação não do ser humano, mas do próprio capital contraposto ao homem. Vejamos o que diz Marx.

"...a antiga concepção segundo a qual o homem sempre aparece (por mais estreitamente religiosa, nacional ou política que seja a apreciação) como o objetivo da produção parece muito mais elevada do que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza, o objetivo da produção. Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc., dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais - tanto as suas próprias quanto as da chamada 'natureza'? O que é, senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos salvo a evolução histórica precedente que faz da totalidade desta

evolução - i.é, a evolução de todos os poderes humanos em si, não medidos por qualquer padrão *previamente estabelecido* - um fim em si mesmo? O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto do tornar-se? Na economia política burguesa - e na época de produção que lhe corresponde - este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim em si mesmo em proveito de forças que lhe são externas. Por isto, de certo modo, o mundo aparentemente infantil dos antigos mostra-se superior; e é assim, pois, na medida em que buscamos contornos fechados, forma e limitação estabelecida. Os antigos proporcionavam satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho. (Marx, 1986, págs. 80 e 81)

Falamos que o desenvolvimento científico e social - ou até mesmo o acúmulo de conhecimentos empíricos; quando a ciência não havia ainda sido criada - é que possibilita a descoberta e utilização das potencialidades dos objetos, sejam estes naturais ou não. É também tal desenvolvimento que permite a criação de novos trabalhos concretos. A divisão entre pastoreio e agricultura é o primeiro instante da contínua sucessão do nascimento de novos trabalhos concretos. Esse primeiro instante se deu já na sociedade comunal-primitiva. A criação de trabalhos concretos está profundamente ligada à divisão do trabalho. A divisão do trabalho é a fonte criadora de novos trabalhos concretos. Segundo Marx

"A *divisão do trabalho*, como totalidade de todos os gêneros particulares de ocupação produtiva, é o aspecto de conjunto do trabalho social encarado pelo ângulo material, considerado como trabalho

criador de valores de uso." (Marx, 1983, pág. 53)

O mundo das mercadorias, a época social capitalista, não se interessa pela divisão do trabalho como fonte criadora de novos trabalhos concretos e novos valores de uso. A divisão do trabalho no capitalismo passa a comportar uma contraditória relação de só importar pelo seu efeito de trazer ao mundo novas mercadorias. Marx diz isso nessa passagem,

"A divisão do trabalho...como tal não existe do ponto de vista das mercadorias e no interior do processo de troca senão no seu resultado, no caráter de particularidade que dá às mercadorias." (Marx, 1983, págs. 53 e 54)

A divisão do trabalho é condição fundamental para a existência do capitalismo. Porém, haver divisão do trabalho não significa que há também capitalismo. É o que diz Marx nessa passagem

"...a divisão social do trabalho...é condição para que exista a produção de mercadorias, embora, reciprocamente, a produção de mercadorias não seja condição necessária para a existência da divisão social do trabalho." (Marx, 1985, pág. 49)

A divisão do trabalho passa a ter dois significados para Marx: o primeiro é o de que a divisão do trabalho é a diferença qualitativa dos trabalhos; o segundo é que a divisão social do trabalho tem uma característica própria no capitalismo, sendo uma das razões de sua manutenção. Vejamos o início dessa discussão nessa passagem

"...numa sociedade de produtores de mercadorias, - essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho." (Marx, 1985, pág. 49)

A divisão do trabalho permite à mercadoria existir como tal. Uma determinada divisão do trabalho, diferente de todas as sociedades anteriores e das suas divisões do trabalho é que faz surgir a mercadoria como formação social dominante. É o trabalho privado, livre e independente de outros trabalhos que é o novo modo de divisão do trabalho. Marx diz

"Só se contrapõem, como mercadorias, produtos de trabalhos privados e autônomos, independentes entre si." (Marx, 1985, pág. 49)

A divisão do trabalho, como ponto de origem dos trabalhos concretos em formações sociais anteriores ao capitalismo, é o resultado do crescente processo de especialização dos seres humanos nas atividades produtivas. A princípio isso ocorreu dentro de agrupamentos familiares e depois em comunidades mais amplas. Nos primórdios da humanidade todas as atividades eram realizadas conjuntamente. O ser humano diferenciava-se dos outros animais pela capacidade de utilizar instrumentos que já não eram o seu próprio corpo. Tal capacidade permitiu que ele passasse a usar o cérebro de forma superior aos mecanismos instintivos: ele adquire o pensamento e daí todas as formas de expressão cultural. O ser humano passa a conceber o futuro.

"...o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador." (Marx, 1985, pág. 202)

Apesar disso, o grau de desenvolvimento do ser humano era tão baixo - em todos os campos, seja produtivo, cultural e até morfológico-genético - que

todos os membros de um agrupamento eram obrigados a procurar alimento juntos. As forças não podiam ser dispersadas sob pena de não haver êxito nessa busca. Com o tempo algumas comunidades, favorecidas por locais mais afortunados em recursos, puderam dedicar-se a um tipo específico de tarefa. A domesticação de animais é o primeiro trabalho concreto a surgir. Logo a seguir - aqui não vai implícita uma afirmação de que esse tempo cronológico é breve - agrupamentos humanos desenvolvem a agricultura. Surgem depois o artesanato, as atividades religiosas e as funções militares. A divisão passa a ocorrer dentro de uma mesma comunidade. Uns dedicam-se ao artesanato, outros à agricultura, ao pastoreio, à defesa militar e aos cultos religiosos. Posteriormente, dentro das próprias funções já específicas, surgem sub-funções. As atividades artesanais tornam-se variadas. A própria agricultura passa a tornar-se subdividida. Em todos os campos surgem continuamente novas divisões. Esse processo de surgimento de novos trabalhos concretos deverá continuar enquanto durar o crescimento da cultura humana. Aqui verificamos que trabalho concreto e divisão do trabalho estão ligados como partes de um mesmo processo.

Como já foi visto o trabalho concreto e a divisão do trabalho não diferenciam uma época histórica de outra. O posicionamento da divisão do trabalho e do trabalho concreto em uma sociedade particular como o capitalismo traz à tona as contradições entre eles.

Na relação social capitalista a contradição que enxergamos como fundamental entre divisão do trabalho e

trabalho concreto é a alienação⁴ do trabalho. A alienação ou estranhamento ocorre, essencialmente, na perda dos meios de produção por parte dos produtores. A partir daí o produto do trabalho passa a não pertencer ao trabalhador na sociedade capitalista. Produção e seu resultado, o produto, tornam-se estranhos e opostos ao trabalhador. É o que nos diz Marx sobre a produção capitalista e sobre um período particular dela: o da utilização da maquinaria.

"A feição independente e estranha que o modo capitalista de produção imprime às condições e ao produto do trabalho em relação ao trabalhador se converte com a maquinaria em oposição completa." (Marx, 1985, pág. 494)

A sociedade capitalista mantém a divisão social do trabalho. Tal divisão é um dos elementos que caracterizam a produção social no capitalismo. A divisão do trabalho é a condição da mercadoria se confrontar no mercado com outra a ela oposta. Na passagem seguinte Marx confirma a existência de um duplo aspecto da divisão do trabalho.

"Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho

4 Alienação- é a separação forçada pelas condições sociais. Não somente a separação mas, principalmente, o estranhamento, o tornar-se diferente e oposto a determinada situação.

com suas peculiaridades rígidas." (Marx, 1985, págs. 557 e 558)

A divisão social do trabalho passa a ser para Marx um dos elementos a serem destruídos junto com a formação social capitalista. A divisão do trabalho enquanto separação, de um lado, dos possuidores dos meios de produção e, de outro, dos possuidores do trabalho.

"...não há dúvida de que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. (Marx, 1985, pág. 559)

O trabalho concreto não possui determinações históricas estando presente em todas as formações sociais. Apesar disso, não estamos afirmando que os trabalhos concretos ao longo da história sejam indiferenciados. As formas diferentes de organizar o processo produtivo, como já discutimos, provocam modificações de natureza social, seja institucional ou psicológica, nos trabalhos concretos. Discutimos o trabalho concreto em geral, como o encontramos em "O Capital". O que nos interessa é que o trabalho concreto está presente na sociedade capitalista, mas já submetido a outro tipo de trabalho que define o modo de ser especificamente social desta sociedade: o trabalho abstrato. Vejamos o que diz Marx

"O corpo da mercadoria que serve de equivalente passa sempre por encarnação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato." (Marx, 1985, pág. 66)

e ainda Marx

"Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato." (Marx, 1985, pág. 45)

Na relação de troca é que poderemos investigar a natureza do trabalho abstrato. A troca aparece de início como a troca de valores de uso distintos e, conseqüentemente, de trabalhos concretos distintos. A proporção em que os valores de uso são trocados é denominada de valor de troca. Começa nesse momento uma discussão no seio da economia política sobre os fatores que possibilitariam a medição das proporções em que são trocados os valores de uso (os objetos). Alguns economistas supõem um conhecimento universal das pessoas quanto às relações de troca entre as diversas mercadorias. Tais relações de troca deveriam ser oriundas de um valor intrínseco que possuiriam as mercadorias e que seriam intuitivamente conhecidas pelas pessoas que fossem aos mercados.

"Na sociedade burguesa reina a ficção jurídica de que todo ser humano, como comprador, tem um conhecimento enciclopédico das mercadorias." (Marx, 1985, pág. 42)

Outra visão, ainda dominante no seio da academia, é a de que a satisfação que proporciona uma mercadoria é que atribui valor a esta. O valor de uma mercadoria seria então puramente subjetivo e variável de acordo com a necessidade dos consumidores dela, é a chamada teoria do valor utilidade.

Porém, o desenvolvimento das investigações sobre a natureza do valor atinge seu ponto culminante, anterior a Marx, com a identificação do valor das mercadorias com o trabalho; o trabalho transformador da natureza é que permitiria às mercadorias terem valor.

Apesar desse avanço determinados limites impossibilitaram que a natureza da sociedade capitalista fosse descortinada em sua essência. Marx diz quais são esses limites

"Ricardo...toma...como ponto de partida de suas pesquisas, a oposição entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra, considerando, ingenuamente, essa ocorrência uma lei perene e natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia atinge um limite que não pode ultrapassar." (Marx, 1985, pág. 10)

Eis o ponto em que Marx encontra a economia política e onde ele irá conduzir a sua crítica. Marx é a expressão da crítica à economia burguesa com sua descoberta da dupla natureza do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato. Passaremos a analisar como Marx concebeu essa questão.

"A redução analítica da mercadoria a trabalho, sob a dupla forma de redução do valor de uso a trabalho concreto ou atividade produtiva para um fim determinado, e de redução do valor de troca a tempo de trabalho ou trabalho social igual, é o resultado crítico das pesquisas efetuadas durante mais de um século e meio pela economia política clássica, que começa na Inglaterra com William Petty, na França com Boisguillebert, e acaba naquela com Ricardo e na França com Sismondi." (Marx, 1983, pág. 54)

Os valores de uso são trocados no mercado em proporções que identificam uma relação entre eles; tal relação é o valor de troca entre esses valores de uso. Porém, de onde viriam essas proporções de troca? De onde surge o valor de troca? Tais proporções não podem advir das qualidades dos valores de uso, pois, essas são extremamente desiguais. Toneladas de ferro não podem ser equiparadas a obras de arte. Peso e beleza

artística não podem ser trocados pelo seu uso para o ser humano. Os valores de uso possuem propriedades físicas, químicas, estéticas e psicológicas que os diferenciam. Não podem ser essas propriedades que tornam os valores de uso comparáveis, pois elas os tornam distintos. A existência de uma propriedade comum é que permite a comparação. Logo, o valor de troca não deve ser oriundo do valor de uso. O valor de troca só pode ser a "forma de manifestação" de um conteúdo dele distinguível. O valor de troca é a identificação de algo comum nos valores de uso em forma de mercadorias. O valor de uso distingue-se pelas diferenças; já o valor de troca é a expressão de uma igualdade. Ao abstrairmos- esquecemos - as qualidades das mercadorias é que as tornamos comparáveis; e abstração das qualidades é a abstração dos valores de uso, ou melhor, do valor de uso. A relação de troca entre as mercadorias é caracterizada pela abstração dos seus valores de uso. Marx diz que

"As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem destas valores-de-uso. Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza essa relação." (Marx, 1985, pág.44)

Ao deixarmos de lado o valor de uso das mercadorias só restará a estas mercadorias uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Porém, abstrairmos o valor de uso significa também a abstração do trabalho concreto que o produziu. Os trabalhos concretos também são marcados por suas propriedades úteis, por suas particularidades, sua característica fundamental é a singularidade, a diferença entre um trabalho concreto e outro. Ou seja, abstrairmos o valor

de uso das mercadorias significa abstrairmos o valor de uso dos trabalhos que as produziram. O trabalho permite que as mercadorias sejam comparadas, porém já não se trata de um trabalho em particular, mas de um trabalho genérico, ou melhor, geral. Confirmamos isso em Marx

"O trabalho do alfaiate e o do tecelão são os elementos que criam valores-de-uso, casaco e linho, exatamente por força de suas qualidades diferentes; só são substância do valor do casaco e do valor do linho quando se põem de lado suas qualidades particulares, restando a ambos apenas uma única e mesma qualidade, a de serem trabalho humano." (Marx, 1985, pág. 52)

O trabalho concreto não é o elemento que permite a identidade entre as mercadorias. O trabalho que possibilita tal comparação é um trabalho de natureza especial; de propriedades especiais. Abolimos o caráter útil dos produtos do trabalho e o caráter útil do próprio trabalho, restando então um trabalho comum, indiferenciado, sem qualidades, um trabalho humano igual e de natureza abstrata; um trabalho abstrato. Diz Marx

"Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato." (Marx, 1985, págs. 44 e 45)

O trabalho abstrato é uma gelatina de trabalho humano igual e indiferenciado. O trabalho abstrato é o resultado da perda das qualidades sensíveis do trabalho, ou melhor da perda e da submissão dessas qualidades ao trabalho abstrato. O trabalho é considerado a partir de então por sua característica

social, ou seja, o trabalho de toda a força produtiva da sociedade é reduzido a trabalho humano igual e com uma única característica básica: a de ser medido em tempo de trabalho. O tempo de trabalho que consome uma sociedade no processo de produção das mercadorias é que passa a ser relevante. Não importa o tempo de trabalho de um produtor individual, específico, mas o tempo de trabalho que a sociedade, em média, leva para produzir mercadoria. Falamos de tempo de trabalho social médio para produzir.

"...o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto durante sua produção...o trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho. Toda a força de trabalho da sociedade...vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças individuais de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social, e atue como essa força média, precisando, portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria." (Marx, 1985, págs. 45 e 46)

A medição desse tempo de trabalho socialmente médio dar-se-á de acordo com as medidas em que se divide o tempo: dias, horas, minutos e segundos.

"A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc." (Marx, 1985, pág. 45)

O trabalho abstrato é medido em tempo de trabalho e é esse tempo que vai possibilitar a comparação entre mercadorias de natureza diversa. Eis a colocação de Marx

"Mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem,

conseqüentemente, valor da mesma magnitude." (Marx, 1985, pág. 46)

O volume de trabalho humano acumulado em determinada mercadoria é a fonte da igualdade no mundo das mercadorias. Tal igualdade é fruto do dispêndio de força de trabalho humano sem consideração pela forma como foi despendida. A mercadoria é comparada pela igualdade. Porém, a igualdade da mercadoria traz em seu interior a indiferenciação dos trabalhos humanos; mas, não somente indiferenciação como também a sua submissão ao mundo das mercadorias. Para a igualdade da mercadoria o trabalho humano é considerado unicamente em seu aspecto temporal, de duração de tempo. O trabalho possui somente a propriedade de ser também ele mercadoria que pode ser medida em tempo e, conseqüentemente, trocada por outras mercadorias. Assim os possuidores de mercadorias trocam-nas nos mercados. Os possuidores somente da mercadoria trabalho também fazem o mesmo, trocam o seu trabalho por outras mercadorias.

Vimos que mercadorias de mesmo montante de trabalho acumulado são trocadas em proporções iguais: uma mercadoria que custou uma hora, em média, para ser produzida é trocada por outra de idêntico volume de trabalho acumulado, ou seja, uma hora por outra. Poderíamos, então, perguntar-mo-nos: qual a origem do ganho econômico? Por que alguns, ao longo do tempo, acumulam uma quantidade maior de mercadorias que outros? Qual o mecanismo que diferencia os seres humanos nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista?

Marx respondeu a essa questão afirmando que, enquanto todas as mercadorias são trocadas em

proporções iguais o trabalho é trocado em proporção desigual. O possuidor da mercadoria trabalho troca a sua mercadoria por outras, mas não na mesma relação de tempo entre elas. O trabalhador vende o seu trabalho e recebe em troca somente o valor dos meios necessários à restauração da força de trabalho, ou seja, dos meios para manter o trabalhador produzindo e garantindo o fluxo futuro de trabalhadores com seus filhos. O trabalhador vende o trabalho e é pago pelo valor da sua força de trabalho.

"...o trabalhador trabalha por tempo maior que o necessário para reproduzir sua força de trabalho; o valor que gera é portanto maior que o valor da força de trabalho; ou o trabalho que dá em troca é maior que a quantidade de trabalho que recebe na forma de salário." (Marx, 1987, pág.26)

A apropriação de parte do trabalho abstrato é a fonte da diferenciação social. O que permite que tal apropriação ocorra é a posse dos meios de trabalho (objetos e instrumentos de trabalho) por parte de algumas pessoas (os capitalistas) e do trabalho por parte de outras (os trabalhadores).

"Paga a força de trabalho, mercadoria que o trabalhador lhe oferece, e, em troca, além de receber um equivalente, apropria-se do acréscimo de valor gerado por essa força. Nessa troca pressupõe-se a condição material do trabalho estranha à própria força de trabalho." (Marx, 1987, pág. 26)

Os possuidores do trabalho não têm outra alternativa de sobrevivência que não seja a venda da sua única mercadoria: o trabalho. A apropriação do excedente é que permite a diferenciação das classes e o excedente no modo de produção capitalista é oriundo dessa diferença entre o trabalho e a força de trabalho.

O trabalho não é somente um recurso formal de comparação entre as mercadorias; ele é o elemento que atribui o valor que a mercadoria possui. A mercadoria ganha existência no processo de produção. Por meio do trabalho é que a mercadoria vem ao mundo. As mercadorias tornam-se comparáveis pela quantidade de trabalho que contêm. O trabalho é que dá valor às mercadorias. Já não falamos de valor de troca, que como vimos é somente a forma de manifestação de um conteúdo determinado. Tal conteúdo é o valor. O que atribui valor às mercadorias é o trabalho abstrato. O valor é, como o trabalho abstrato que lhe dá origem, algo sem nenhuma propriedade útil-material, sem existência palpável. A existência do valor é puramente social; é a cristalização de uma substância social, de um modo particular de organizar a produção material. Tal modo de produzir é particular por sua característica de que a produção de mercadorias é dominante. A organização do trabalho humano no modo de produção onde a mercadoria é dominante diferencia entre possuidores dos meios de trabalho e possuidores da força de trabalho. Ou seja, as relações de produção entre os seres humanos é que são a verdadeira origem do valor e, conseqüentemente, do trabalho abstrato. Marx confirma essa afirmação na passagem seguinte

"As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra." (Marx, 1985, pág. 55)

Reencontramos a definição de Marx para identificar os modos de produção e as épocas

históricas. Trabalho concreto e abstrato são categorias construídas por Marx para entender a especificidade social do capitalismo; da realidade concreta. Não somente estas duas categorias (trabalho concreto e abstrato) estão presentes na análise de Marx: em estreita ligação com elas surgiram o valor de uso e o valor (com sua forma de manifestação, o valor de troca). A análise de Marx ultrapassou os limites da economia política. Na verdade, Marx não somente ultrapassou tais limites como desenvolveu, como objetivo aliado à análise do capitalismo, uma crítica da economia política.

O instrumental utilizado por Marx na construção de sua análise é de natureza essencialmente filosófica. Categorias filosóficas deram o arsenal necessário para o seu trabalho de investigação. Filosofia e economia política ligadas nessa compreensão da realidade social do capitalismo. A dialética, o método lógico-dedutivo e o materialismo são instrumentos básicos da investigação.

No próximo capítulo analisaremos esse referencial filosófico dentro da categoria trabalho. Entenderemos como o trabalho está presente nas concepções de Marx desde o enfrentamento dessa base filosófica que permitiu a resolução do impasse da economia política.

CAPÍTULO DOIS - A DIALÉTICA, O HOMEM E O TRABALHO EM MARX

Buscaremos neste capítulo identificar os aspectos filosóficos vinculados à análise econômica de Marx sobre o trabalho. Não tentamos descrever todo o instrumental filosófico presente em sua análise econômica do trabalho, mas a compreensão da dialética como a base para as investigações de Marx sobre o trabalho e a investigação sobre o homem na relação entre sujeito e objeto dentro da realidade social do capitalismo.

Como vimos no primeiro capítulo, Marx recebeu uma influência decisiva na formação de suas concepções advinda de Hegel. Os elementos fundamentais do pensamento hegeliano que Marx extraiu foram a discussão sobre o trabalho (já discutido no primeiro capítulo) e a dialética. Lênin, na passagem abaixo, nos diz o grau de importância atribuído por Marx à dialética hegeliana.

"La dialéctica hegeliana, como la doctrina más universal, rica de contenido y profunda del desarrollo, era para Marx y Engels la mayor adquisición de la filosofía clásica alemana." (Lênin, 1976, pág. 178)

A importância que a dialética tem para o conjunto do pensamento de Marx, faz saltar à vista outra questão de enorme significado: Marx não deixou a

discussão filosófica como um momento de sua formação intelectual; ele sempre esteve ligado à discussão de questões de natureza filosófica. Não podemos separar as obras de Marx em obras filosóficas, políticas ou econômicas, pois tais questões estão profundamente entrelaçadas. Na verdade, o pensamento de Marx não pode ser compreendido sem levarmos em consideração essa ligação do instrumental filosófico, político e econômico. Podemos ainda destacar que os conceitos filosóficos são os elementos decisivos para a construção de sua elaboração econômica. A prova disso é "O Capital", obra máxima da produção teórica de Marx. Kosik afirma essa questão nessa passagem de seu livro "A Dialética do Concreto"

"...Marx nunca abandonou a problemática filosófica, e que especialmente os conceitos de 'alienação', 'reificação', 'totalidade', relação de sujeito e objeto, que alguns canhestros marxólogos proclamariam prazerosamente como o pecado de juventude de Marx, continuam sendo, ao contrário, o constante equipamento conceitual da teoria de Marx. Sem eles 'O Capital' é incompreensível." (Kosik, 1986, pág. 172)

O instrumental filosófico permite a compreensão das descobertas econômicas de Marx; foi o que afirmamos acima. Porém, os conceitos filosófico e econômico sobre o trabalho em Marx são distintos. A partir da problemática filosófica sobre o trabalho, Marx alcança a conceituação econômica do trabalho. Kosik critica uma das obras de Marcuse justamente na ausência de

distinção entre os conceitos econômico e filosófico do trabalho.

"Este notável estudo...não distingue entre o conceito filosófico e o conceito econômico do trabalho, não podendo, assim, apreciar objetivamente a contribuição histórica de Marx..." (Kosik, 1986, pág. 180)

A discussão filosófica sobre o trabalho é oriunda do questionamento sobre quais os efeitos do trabalho sobre o homem e sobre o ser do homem. É preciso descobrir o papel que o trabalho exerce na natureza do homem. A investigação filosófica sobre o trabalho deve concentrar-se nesse ponto: a influência do trabalho sobre o ser do homem. Kosik nos diz

"Se o trabalho é ação ou processo no qual *alguma coisa* ocorre ao homem e ao seu ser, assim como ao mundo do homem, é natural que o interesse filosófico se concentre na elucidação do caráter deste 'processo' e 'ação', no descobrimento do segredo desta 'alguma coisa'." (Kosik, 1986, págs. 180 e 181)

Poderíamos investigar o processo de trabalho como um mecanismo de desvelamento dos pares dialéticos que estão presentes nele. Marx nos fala da separação entre o homem e o animal por meio do planejamento das ações humanas no trabalho, ou seja, por meio do pensamento. O famoso exemplo da diferença entre o arquiteto e a abelha ser estabelecida por meio da capacidade do arquiteto, como homem, de planejar suas ações no trabalho, nos permite descortinar o par dialético da animalidade-humanidade. Também por meio desse mesmo exemplo e, conseqüentemente, da investigação sobre o trabalho, descobrimos a ligação

entre a construção dos fins humanos (teleologia) e a causalidade. Ou seja, investigar o processo de trabalho poderia nos dar a idéia de que os pares dialéticos, ou a própria dialética, são descobertos no trabalho. Porém, não é isso que ocorre. Vejamos o que diz Kosik,

"Por, mais exatas que possam ser tais análises, elas não passam de noções *parciais* e fogem à problemática que só se manifesta na constatação de que, além dos pares dialéticos citados e investigados (causalidade-teleologia, animalidade-humanidade), no processo de trabalho se podem descobrir outros pares dialéticos: necessidade e liberdade, particular e universal, real e ideal, interior e exterior, sujeito e objeto, teoria e *praxis*, homem e natureza, e mais outros." (Kosik, 1986, pág. 181)

O importante não é escolher este ou aquele par dialético, pois uma escolha feita assim seria unilateral e não atingiria o centro da questão, que é o de descortinar o trabalho de um ponto de vista filosófico. Kosik diz nessa passagem que,

"O defeito fundamental manifesta-se na unilateralidade desse procedimento: o arbítrio ou a unilateralidade da escolha, que coincide com a incapacidade de *formular* cientificamente o problema, impossibilita que se penetre na *essência* do problema." (Kosik, 1986, pág. 181)

Então o que caracteriza os pares dialéticos que usamos para descrever o trabalho? Kosik é quem pergunta.

"...o que constitui a especificidade dos pares dialéticos nos quais e mediante os quais se descreve o trabalho?" (Kosik, 1986, pág. 182)

A resposta de Kosik é de que os pares dialéticos são caracterizados por sua dialética, ou seja, a dialética tem a primazia. A partir da dialética podemos descobrir a natureza do trabalho e, na medida em que o homem se constrói no trabalho, a natureza do próprio homem. Diz Kosik que,

"Os pares dialéticos podem descrever *adequadamente* o trabalho e o seu processo se na sua dialética este processo se manifesta *como dialética*. Se, porém, a análise do processo *dialético* no trabalho está intimamente associada ao *ser* do homem, no processo do trabalho se revela ao mesmo tempo a *especificidade* do ser humano." (Kosik, 1986, pág. 182)

O trabalho é um processo em que ocorre uma mediação dialética. Para chegar à essência do trabalho, como questão filosófica, é preciso compreender a dialética do processo. Diz Kosik,

"O trabalho é um processo no qual se opera uma *metamorfose* ou *mediação dialética*." (Kosik, 1986, pág. 183)

A dialética, com suas mediações, é o surgimento permanente do elemento novo, é superação e conservação dos elementos anteriores, mas efetivamente é o nascimento do novo. Diz Kosik,

"A *mediação dialética* é uma *metamorfose* na qual *se cria o novo*, é *gênese* do qualitativamente novo." (Kosik, 1986, pág. 183)

A descoberta da prioridade da dialética para investigar o trabalho, como questão filosófica, nos fez perceber que, a dialética tem prioridade também sobre a indagação acerca da natureza do homem, como questão

ontológica⁵. Ao investigar a questão do trabalho de forma dialética, teremos acesso ao ser do homem. Diz Kosik que,

"A problemática da 'filosofia do trabalho' manifesta-se como um corolário que acompanha a indagação: que é o homem? Para evitar um mal-entendido, cumpre acrescentar: a problemática do trabalho, como problema *filosófico*, acompanha todas as investigações sobre o ser do homem, desde que o problema 'quem é o homem' seja concebido como *problemática ontológica*." (Kosik, 1986, pág. 179)

Responder à problemática econômica do trabalho requer, anteriormente, a resolução da questão filosófica sobre o que é o trabalho e sobre o ser do homem constituído no trabalho. É preciso ligar a problemática do trabalho à investigação do ser do homem. Da resolução dessas questões filosóficas é que podemos partir para investigar cientificamente o trabalho em suas várias faces, inclusive, econômica. É o que nos diz Kosik,

"O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Só o pensamento que revelou que no trabalho algo de essencial acontece para o homem e seu ser, que descobriu a *íntima, necessária* conexão entre os problemas 'o que é o trabalho' e 'quem é o homem', pôde também iniciar a investigação científica do trabalho em todas as suas formas e manifestações (e, portanto, também a investigação da problemática econômica do trabalho), e bem assim a investigação da realidade humana em todas as suas formas e manifestações." (Kosik, 1986, pág. 180)

5 Ontologia- é a investigação sobre o ser, o estudo da essência do ser.

O caminho de Marx é exatamente o descrito por Kurz, acerca da questão do trabalho. De uma resolução filosófica da questão do trabalho, Marx parte para a investigação econômica do próprio trabalho. Marx da utilização da dialética hegeliana, em sua expressão materialista, percebe que a grande conquista de Hegel, na "Fenomenologia do Espírito", é entender a influência do trabalho sobre o ser do homem, a autocriação do homem como processo do trabalho e a alienação (a separação de seus produtos do trabalho) do homem a partir do trabalho. Aqui está clara a relação que a solução filosófica que Marx dá ao trabalho, terá com a sua crítica da economia política: a indissolubilidade das duas questões (filosófica e econômica do trabalho) e a anterioridade da solução filosófica para resolver a discussão econômica. Vejamos o que nos diz Marx,

"A conquista extraordinária da *Fenomenologia* de Hegel - a dialética da negatividade como princípio motor e criador - é, primeiramente, Hegel perceber a autocriação do homem como um processo, a objetificação como perda do objeto, como alienação e transcendência dessa alienação, e, por isso, perceber a natureza do trabalho, e conceber o homem objetivo (verdadeiro, porque real) como o resultado de seu próprio trabalho." [Marx, 1983 (1844), pág. 155]

A questão do que é o homem é fundamental para Marx. A descoberta do ser do homem no trabalho permitiu a Marx investigar outras questões de natureza não essencialmente filosófica. A questão do ser do homem, ou o humanismo, é o elemento que Marx estabelece para unificar os elementos das filosofias idealista e

materialista e, desse humanismo, compreender o processo histórico. Diz Marx,

"Vemos aqui como o naturalismo ou humanismo consistente se distingue tanto do idealismo como do materialismo e, ao mesmo tempo, constitui a sua verdade unificadora. Vemos, também, como só o naturalismo está em condições de compreender o processo da história mundial." [Marx, 1983 (1844), pág. 159]

A dialética é a base sobre a qual se erguem as categorias econômicas da sociedade e sobre a qual estas categorias tornam-se categorias concretamente históricas. A partir do tratamento dialético das categorias econômicas é que é possível descobrir uma forma específica de objetivação do homem, ou seja, descobrir as formas específicas de sociedade; é possível, também por meio desse tratamento dialético, descobrir a relação sujeito-objeto ao longo da história; e, finalmente, descobrir a relação entre ontologia-filosofia e ciência. É o que nos diz Kosik na passagem abaixo,

"...só se as categorias são desenvolvidas dialeticamente e a sua estrutura oferece a articulação interna da estrutura econômica de uma determinada sociedade, só em tal caso cada uma das categorias econômicas consegue o seu autêntico significado, ou seja, torna-se uma categoria concretamente histórica. Em cada uma de tais categorias é então possível descobrir, seja de modo essencial (quando se trata das categorias econômicas fundamentais), seja sob um aspecto determinado (quando se trata das categorias secundárias):

1. uma determinada forma da objetivação histórico-social do homem, visto que a produção - como observa Marx - é por sua essência objetivação do indivíduo;

2. um determinado grau, concretamente histórico, da relação sujeito-objeto;

3. a dialética do histórico e do meta-histórico, isto é, a unidade das determinações ontológicas e existenciais." (Kosik, 1986, págs. 172 e 173)

A unidade entre a crítica da economia política e as concepções filosóficas, em Marx, saltam aos olhos na relação entre sujeito e objeto. Marx, em "O Capital", descortina a relação social que mistifica a relação entre o sujeito e o objeto. Por trás das questões especificamente econômicas revela-se a discussão que dá fundamento a todas as outras: a existência de relações sociais que trazem uma determinada forma de organização do trabalho, de relação entre os sujeitos do processo produtivo e de relação entre o sujeito e o objeto do trabalho. Diz Kosik que,

"O que a crítica burguesa e reformista considera como a parte 'especulativa', 'messiânica' ou 'hegelianizante' de 'O Capital' é apenas a expressão exterior do fato de que Marx, sob o mundo dos objetos, sob o movimento dos preços, das mercadorias, das várias formas de capital - cujas leis ele exprime em fórmulas exatas - descobre o mundo objetivo das relações sociais, ou seja, a dialética sujeito-objeto." (Kosik, 1986, pág. 173)

Na análise crítica da economia política Marx demonstra os erros da economia clássica e demonstra a fetichização-mistificação das categorias econômicas reais. É o que nos diz Kosik na passagem abaixo,

"A análise das categorias econômicas é uma crítica de duplo gênero: em primeiro lugar demonstra a insuficiência das análises feitas até então pela economia clássica...Em segundo lugar - e sob este aspecto o marxismo é uma crítica da economia no sentido próprio do termo - o

movimento real das categorias econômicas mostra-se como forma reificada do movimento social dos homens." (Kosik, 1986, pág. 174)

As coisas, em uma sociedade capitalista, parecem ter um movimento próprio, independente dos homens. Porém, as coisas relacionando-se consigo mesmas, ou a fetichização da mercadoria, é uma forma determinada de sociedade: a sociedade capitalista. Diz Kosik,

"...o movimento real das coisas é forma histórica da relação entre os homens; e a consciência coisificada é apenas uma forma histórica da consciência humana." (Kosik, 1986, pág. 175)

A relação aparente entre os objetos, no capitalismo, é essencialmente uma relação entre os seres humanos no processo de produção de seus meios de vida. É o que nos diz Lênin,

"Allí donde los economistas burgueses veían una relación entre objetos (cambio de una mercancía por otra), Marx descubrió una relación entre personas." (Lênin, 1976, pág. 8)

A mercadoria é um objeto físico, mas a sua aparição como mercadoria a torna um objeto independente do sujeito, submetendo este ao seu domínio. De um objeto físico a mercadoria tornou-se um objeto abstrato-metafísico. Marx nos diz isso a seguir,

"...uma coisa ordinária física...logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica." (Marx, 1985, pág. 70)

As relações sociais de produção específicas do capitalismo aparecem, aos olhos dos produtores, como uma relação entre os produtos do trabalho. A produção

capitalista provoca a inversão entre sujeito e objeto. O sujeito é submetido ao objeto, é dominado pelo objeto, que passa a aparecer como o sujeito. Essa inversão dos papéis entre sujeito e objeto é determinada pelas características sociais em que o trabalho é executado no capitalismo. Diz Marx que,

"...as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho." (Marx, 1985, pág. 71)

A forma mercadoria tem o seu fetiche, o seu mistério, desvendado com a descoberta feita por Marx de que, os produtos do trabalho (os objetos) executados sob a relação social de produção capitalista aparecem aos homens como o próprio sujeito, como se a relação entre os objetos fosse uma propriedade natural existente em qualquer época histórica. A forma mercadoria dominante socialmente, no capitalismo, é fruto de um trabalho realizado e organizado de maneira particular; porém, a forma mercadoria, por essa forma mesma, oculta as suas qualidades de trabalho e ganha vida própria. Marx nos diz que,

"O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos." (Marx, 1985, pág. 71)

A discussão filosófica, da dialética e do homem, é a base que permitiu a Marx desvendar os segredos da forma mercadoria, o fetichismo da mercadoria. O questionamento filosófico do trabalho permite a elucidação da questão econômica do trabalho. Eis o que tentamos provar nesse capítulo. Precisaremos discutir, agora, uma iniciativa de recuperação do pensamento de Marx e o entendimento que essa iniciativa tem da inseparabilidade entre o Marx filósofo e o Marx crítico da economia política. Este é o assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO TRÊS - A OPOSIÇÃO ENTRE FILOSOFIA DO TRABALHO E ECONOMIA DO TRABALHO

Este capítulo busca analisar a concepção de Robert Kurz sobre o trabalho, em seu livro "*O Colapso da Modernização*", e discutir sobre a existência ou não de uma tentativa de resgatar a concepção de Marx sobre o trabalho, por parte de Kurz. Consideraremos o pensamento de Marx sobre o trabalho a partir do ponto de vista em que discutimos no primeiro e no segundo capítulos, ou seja, considerando o aspecto do trabalho determinado historicamente - ou melhor, na sociedade capitalista - e o trabalho como problemática filosófica.

Kurz discute, como tema central de seu livro "*O Colapso da Modernização*", a questão da natureza social das sociedades do Leste europeu e os motivos que levaram ao seu desmoronamento. Após anos de enfrentamento entre o Leste e o Oeste, em uma guerra pela supremacia sócio-político-científica, os países ocidentais vencem a disputa com a derrocada estrondosa do Leste. Kurz diz que as sociedades capitalistas ocidentais e os seus representantes foram igualmente surpreendidos pela crise no Leste como foram as sociedades do próprio "socialismo real" e os seus representantes. Diz Kurz

"Pois o Ocidente foi tão surpreendido pelo colapso do sistema socialista real, seu

inimigo íntimo, quanto os representantes gerontocráticos deste." (Kurz, 1993, pág. 18)

A crise do Leste foi acompanhada por uma violenta crise que se instaura nos países capitalistas ocidentais. Tanto a Leste como a Oeste as crises não puderam ser diagnosticadas com antecedência. A violência dos processos de crise toma a característica de verdadeiras catástrofes naturais. A simultaneidade das crises e a incapacidade de prevê-las, de ambos os lados, pode ser o indício de que, os sistemas que se digladiavam tenham traços comuns e que as suas crises possam, em última instância, ser partes de um mesmo processo. É o que nos diz Kurz na passagem abaixo.

"...se ambas as partes combatentes são vencidas por processos sociais que quase têm o caráter de fenômenos naturais, pode-se supor que os sistemas em conflito tenham traços fundamentais em comum." (Kurz, 1993, pág. 18)

Mesmo com uma crise de proporções gigantescas os países capitalistas ocidentais aparecem como os vencedores da luta entre os sistemas. Porém, Kurz questiona que estivessem em luta dois sistemas essencialmente diferentes. Kurz pretende estabelecer uma crítica que está além da explicação, quase unânime, de que o confronto entre o Leste e o Oeste era o conflito entre sociedades capitalistas - do lado ocidental - e sociedades socialistas - do lado oriental. Kurz nos diz,

"...é difícil negar a evidência de uma vitória *relativa* do mundo ocidental, quando continuamos aplicando o critério do conflito de sistemas precedente e quando

uma metacrítica parece estar fora de cogitação." (Kurz, 1993, pág. 17)

Kurz vai construir uma crítica diferenciada da visão do conflito entre Leste e Oeste. Kurz propõe construir uma metacrítica, indicando que a crise do sistema do "socialismo real" poderia ter deflagrado uma crise que também atingiria os países capitalistas "vitoriosos". A busca dos fundamentos comuns entre o Leste e o Oeste é a base para realizar essa metacrítica - crítica além dos critérios anteriores. Kurz diz isso na citação abaixo.

"A questão é...se não foi na verdade deflagrada...com a crise particular do sistema perdedor, uma crise global que também ameaça o pretenso vencedor e indica a existência de fundamentos comuns dos sistemas que poderiam servir de base para uma metacrítica." (Kurz, 1993, pág. 19)

Kurz não é o único a afirmar a existência de uma base comum entre os dois sistemas. Outras posições vêm a algum tempo tentando provar a semelhança entre os sistemas. Uma das explicações é a de que a tecnologia e as ciências naturais, tanto a Leste como a Oeste, seriam uma condição comum e unificadora do "socialismo real" e dos países capitalistas ocidentais. Diz Kurz,

"Por um lado, explicou-se esse parentesco interno com as condições prévias comuns da modernidade, na área da técnica e das ciências naturais..." (Kurz, 1993, pág. 19)

Outra concepção que sustenta a unidade entre os sistemas é a que, orientando-se pela posição keynesiana, afirma que os mecanismos estatais e de mercado, combinados, são uma necessidade para a

resolução dos problemas das crises econômicas. Kurz diz-nos isso nessa passagem abaixo:

"Por outro lado, a idéia de convergência alimentou-se daquelas teorias econômicas fundamentadas em Keynes que sustentam a necessidade inevitável tanto de mecanismos de mercado como de regulamentação estatal." (Kurz, 1993, pág. 20)

Kurz diz que , na verdade, não ocorreu nem uma unificação de mercado e Estado, nem uma modificação do caráter sócio-econômico das sociedades industriais pelo uso da ciência-tecnologia. O que se deu, na opinião de Kurz, foi um colapso de uma sociedade do ponto de vista histórico.

"...o que se deu não foi nem uma conciliação assimiladora de mercado e Estado nem um processo de transformação ontológico das sociedades industriais marcadas pelas ciências naturais, mas sim um colapso histórico." (Kurz, 1993, pág. 20)

Kurz vai afirmar que a tecnologia, as ciências naturais, o mercado e o Estado se orientam por um fundamento social que seria a "sociedade de trabalho". Tal sociedade não se identifica com a necessidade natural e eterna da humanidade de, na intermediação com a natureza, satisfazer as suas exigências vitais. Diz Kurz,

"Mercado e Estado, bem como os agentes da tecnologia e das ciências naturais, uma vez postos em movimento, seguem uma lógica básica social mais profunda; a identificação desta como *sociedade de trabalho* não denomina, de modo algum, um estado fundamental ontológico da humanidade." (Kurz, 1993, pág. 20)

O conceito de "sociedade de trabalho", apresentado por Kurz, é o centro da sua metacrítica às sociedades do Leste e do capitalismo ocidental e é, também, o conceito que iremos investigar para responder ao objetivo do presente capítulo de saber se Kurz recupera a concepção de Marx sobre o trabalho em seus dois aspectos discutidos, a saber: o trabalho determinado historicamente e o trabalho de um ponto de vista filosófico. Primeiramente, vejamos como Kurz concebe o trabalho determinado historicamente e em que medida sua análise aproxima-se do conceito de trabalho abstrato em Marx.

É preciso ressaltar que não estaremos discutindo a validade das concepções de Kurz sobre o Leste europeu, mas unicamente a sua conceituação do trabalho.

Kurz afirma que o trabalho para o pensamento burguês e para o marxismo do movimento operário é considerado como a essência do ser humano. Este trabalho não se trata daquele que produz valores de uso para a satisfação de necessidades, mas do trabalho como é exercido no capitalismo. Nós vimos que a economia política burguesa considera a época capitalista o destino final da história humana, e por isso mesmo, insuperável. A economia política burguesa também considera o trabalho em sua forma capitalista como a expressão natural do trabalho humano, pertencente a todas as épocas históricas. Aí estão os limites da economia burguesa (ver pág. 28). Eis o que diz Kurz,

"...a ideologia burguesa, como também o marxismo do movimento operário, com uma convicção muito maior, declara sempre aquele 'trabalho' a essência supra-histórica do homem como tal..." (Kurz, 1993, pág. 21)

Kurz passa então a definir o tipo de trabalho que a ideologia burguesa e o marxismo do movimento operário vão afirmar como sendo a essência do homem, independente do processo histórico. Kurz afirma que o trabalho em sua forma abstrata não é supra-histórico. O trabalho determinado historicamente é a exploração econômica da força de trabalho em empresas. Diz Kurz que,

"... o trabalho como tal, considerado dessa forma seca e abstrata, não é nada supra-histórico. Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas." (Kurz, 1993, pág. 21)

Um trabalho em sua forma "seca e abstrata" é o próprio trabalho abstrato concebido por Marx. Kurz passa a definir melhor o que é um trabalho abstrato e a primeira característica é a de que esse trabalho perdeu suas propriedades concretas; o trabalho abstrato é gasto sem a preocupação direta em atender necessidades dos seres humanos. Percebemos aqui o início da discussão que diferencia a crítica da economia política desenvolvida por Marx da economia política burguesa. Na citação a seguir podemos ver a passagem em que Kurz descreve a perda das características concretas do trabalho.

"...revela-se...no ethos de trabalho abstrato aquela idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjetivamente perceptíveis." (Kurz, 1993, pág. 22)

Porém, na mesma citação podemos observar que, Kurz trata também do caráter fetichista que atinge não somente as cabeças das pessoas em relação às mercadorias, mas a ideologia de um trabalho produtor de mercadorias, que deve ser gasto independente do atendimento das necessidades concretas dos seres humanos. O fetichismo existe não somente em relação ao mundo das mercadorias, mas, principalmente, em relação à mercadoria especial que produz todas as demais: o trabalho abstrato.

O capitalismo tem como princípio essa utilização do trabalho de forma a que a única necessidade a ser atendida é a de que esse trabalho seja gasto sem consideração com as necessidades concretas-úteis. A finalidade do trabalho é ser gasto, ou seja, o trabalho traz uma finalidade intrínseca, a de que precisa ser gasto. O trabalho traz uma finalidade em si mesmo. É o que nos diz Kurz na passagem abaixo,

"...o princípio capitalista de um dispêndio abstrato de força de trabalho, em cuja esfera de influência existe o trabalho como atividade que, de forma tautológica, traz sua finalidade em si mesma." (Kurz, 1993, pág. 24)

Kurz diz que o princípio norteador do trabalho abstrato é o mesmo do protestantismo: um esforço abstrato e sem conteúdo concreto-útil. Porém, para Kurz o princípio ético do protestantismo é advindo de uma

formação social específica, que é o capitalismo. O trabalho trazendo sua finalidade em si mesmo e a sociedade voltada para esse gasto de força de trabalho humana abstrata, são os mecanismos de onde se consolida a ética que dá sustentação ao capitalismo. Diz Kurz,

"...o princípio protestante do esforço abstrato e desvinculado de conteúdos sensíveis não é apenas um princípio ético, uma vez que sua ética específica provém daquele conjunto de formas sociais em que o trabalho se transforma numa atividade que traz em si sua própria finalidade, e a sociedade, numa máquina destinada ao dispêndio de força de trabalho." (Kurz, 1993, pág. 25)

O trabalho abstrato para Kurz, e também para Marx, é um fenômeno que dá características específicas a uma formação social. O trabalho tratado por Kurz é o trabalho produtor de valores, é o trabalho abstrato. Kurz está recusando qualquer tratamento a-histórico para a discussão do trabalho. Kurz também não está problematizando o trabalho do ponto de vista de que este é constitutivo do ser do homem, ou seja, de um ponto de vista ontológico. Diz-nos Kurz,

"...o trabalho da modernidade pode ser reconhecido como fenômeno especificamente histórico, que se encontra além dos estados fundamentais ontológicos." (Kurz, 1993, pág. 25)

A forma abstrata do trabalho e a ética desse trabalho não ocorreram em nenhuma das formações anteriores da história humana, pois o valor de uso não havia sido abstraído dos produtos, nem a apropriação destes produtos era dissociada da satisfação das necessidades humanas. Por isso, é que não se trata de

uma discussão do trabalho como categoria ontológica, mas sim como categoria econômica da sociedade capitalista. É o que afirma Kurz na passagem abaixo,

"Essa forma específica do trabalho e o conceito de trabalho correspondente são de fato incompatíveis com todas as formações sociais anteriores da história humana, porque nestas o trabalho, seu produto e a apropriação deste ainda aparecem essencialmente em sua forma concreta, direta, sensível: como 'valores de uso', na linguagem da economia política." (Kurz, 1993, pág. 25)

O trabalho em sociedades anteriores ao capitalismo estava voltado para a produção de valores de uso. O trabalho era executado, essencialmente, como processo de interação entre o homem e a natureza para a manutenção da vida. A necessidade de manter-se vivo era o motivo central para a existência do trabalho. A primazia da necessidade humana significa que está dada, também a primazia dos valores de uso. Os valores de uso não eram abstraídos do processo de produção dos meios de vida, eles eram a finalidade. A força de trabalho não era gasta com uma finalidade inerente, mas como realização da necessidade do ser humano. É o que diz Kurz nessa passagem,

"...o trabalho era, portanto, uma necessidade imposta pela natureza, porém precisamente por isso nenhum dispêndio abstrato de força de trabalho e nenhuma atividade social que traz em si sua própria finalidade." (Kurz, 1993, pág. 25)

Kurz considera discutir o trabalho de um ponto de vista ontológico, ou seja, o trabalho como constituidor do homem, como parte do ser do homem,

desnecessário, pois, para ele todas as formações sociais tiveram que trabalhar para obter seus meios de sustento. O objetivo de Kurz não é discutir esse trabalho produtor de valores de uso a que todas as épocas históricas têm que se submeter. "Sociedade de trabalho" para Kurz é um conceito determinado historicamente. Diz Kurz,

"A sociedade de trabalho como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e o conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho." (Kurz, 1993, pág. 26)

Aqui Kurz concorda com Marx em dois aspectos extremamente importantes, que são: o trabalho produtor de valores de uso é necessidade natural e eterna da existência humana (veja pág. 20 deste trabalho), e que o trabalho no capitalismo é de natureza diversa do existente em sociedades anteriores.

O trabalho no capitalismo é diferente do trabalho exercido em formações sociais anteriores porque, o trabalho passou pelo processo de sua perda de qualidades sensíveis, perda de seu próprio valor de uso. Não basta que o trabalho produza mercadorias, é preciso que a mercadoria seja produzida com uma finalidade inerente, a finalidade de satisfazer o capital. O trabalho é gasto para ser acrescido e novamente ser gasto. O valor de uso está submetido ao processo de produção do capital. Houve produção de

mercadorias em várias formações sócio-econômicas anteriores ao capitalismo, porém, sempre era uma produção submetida ao valor de uso, submetida às necessidades dos homens (ver págs. 20, 21 e 22). Kurz cita Marx para confirmar a sua posição. Vejamos o que nos diz Kurz,

"A mercadoria pré-moderna distingue-se essencialmente da moderna...O trabalho que produzia mercadorias...permanecia dentro do horizonte social do valor de uso: era uma produção destinada à troca de produtos concretos. Nesse sentido, pode-se dizer que ela 'extingue-se no valor de uso' (Marx)..." (Kurz, 1993, pág. 27)

Kurz também concorda com Marx ao afirmar que o trabalho abstrato, o trabalho produtor de valores, tem origem puramente social. Estaria afastada a explicação sobrenatural e supra-histórica do trabalho produtor de valores. Uma sociedade específica, o capitalismo, por suas relações de produção é que determina a origem da forma de reprodução da mercadoria moderna. Diz Kurz,

"A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma 'segunda natureza'...apesar de sua origem puramente social." (Kurz, 1993, pág. 25)

Kurz reafirma que o trabalho abstrato traz em si sua própria finalidade. O valor, que é produzido pelo trabalho abstrato, também existe para satisfazer a si próprio. Novamente Kurz discorre sobre a abstração dos valores de uso do trabalho e, conseqüentemente, das mercadorias que este produz. Oculta-se nesta questão o segredo da mercadoria, o fetichismo da mercadoria. Diz ele,

"O valor...passa a referir-se de forma tautológica a *si mesmo* : o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade...o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação de valores de uso sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade." (Kurz, 1993, pág. 27)

Os valores de uso, apesar de sua abstração no processo de produção social, continuam presentes na mercadoria. Uma mercadoria continua a necessitar de uma função útil, de uma utilidade. Porém, o valor de uso está submetido ao valor. As mercadorias são "coágulos de trabalho" em forma fetichista e suas características úteis estão sufocadas pela existência abstrata do trabalho que as produziu e pelo processo de troca capitalista, em que o dinheiro escondeu a equiparação destas mercadorias em trabalho. É o que diz Kurz nesta passagem,

"...atrás...dos valores de uso oculta-se a qualidade de capital fetichista dos produtos que faz deles 'coágulos de trabalho' fantasmagóricos (Marx). Sua forma de existência sensível torna-se algo secundário, e um mal necessário para o processo do trabalho abstrato e do dinheiro." (Kurz, 1993, pág. 28)

Kurz também discute a divisão do trabalho, um dos temas que foi analisado por Marx. Porém, a posição de Kurz é a de que a divisão do trabalho é uma fonte de superação do capitalismo. A divisão do trabalho, no entender de Kurz, é uma força produtiva em contradição com as "estruturas primitivas", ou seja, com o capitalismo. A divisão do trabalho produziu, para Kurz,

excedente torna-se a razão dessa produção e o excedente é extraído por meio de trabalho não-pago. O trabalho não-pago é a mais-valia. Kurz nos diz que a produção de mais-valia é o resultado da abstração dos valores de uso.

"Os produtos, em seu contexto social, já não representam aquilo que realmente são no sentido material-sensível; sua produção é, na verdade, produção de mais-valia."
(Kurz, 1993, pág. 76)

A abstração dos valores de uso não ocorre somente no momento da troca, mas já na produção, é o que nos diz Kurz. Os sujeitos do processo de produção estão desinteressados dos resultados concretos-úteis do trabalho. Salário e lucro são os reais interesses dos agentes do mercado. Na medida em que o trabalho é mercadoria podemos atestar a veracidade das afirmações de Kurz. Porém, aqui percebemos o início da divergência central entre Kurz e Marx, que é sobre o papel da classe trabalhadora, ou operária, no processo de destruição do capitalismo. Kurz busca provar que a classe trabalhadora, como produto do capital e da abstração do trabalho concreto, é um elemento de manutenção da sociedade capitalista. Como classe do capitalismo os trabalhadores são comprometidos com esta sociedade. Vejamos o que ele diz,

"Como produtor, o sujeito-mercadoria ou sujeito da troca não está interessado no valor de uso de seus produtos, seja ele 'trabalhador' ou 'capitalista', seja gerente de empresa no capitalismo ou no socialismo real. Pois não se produz para o consumo próprio, mas sim para o mercado anônimo, e a finalidade do processo não é a satisfação de necessidades concretas,

mas sim a transformação do trabalho em dinheiro (salário e lucro)." (Kurz, 1993, pág. 93)

Kurz busca separar a crítica da economia política de Marx da alternativa revolucionária apresentada pelo próprio Marx. Kurz busca um resgate da crítica da economia política. Tentaremos provar essa afirmação a seguir.

Kurz desenvolve a análise do valor nos mesmos moldes em que foi resolvida por Marx: como crítica da economia política. O valor como elemento específico de uma sociedade em que domina o fetichismo das mercadorias, em que a abstração dos valores de uso está estabelecida e a forma dinheiro está plenamente desenvolvida. O valor é algo puramente social; o valor é a expressão de uma sociedade que impede o desenvolvimento de formas produtivas e sociais superiores. O valor e a sociedade do qual é a base, a sociedade capitalista, são por esta razão elementos negativos a serem superados. Vejamos o que diz Kurz sobre a negatividade do valor,

"No contexto da crítica da economia política de Marx, esse valor econômico determina-se de modo puramente negativo, como forma *objetivada, fetichista*, desprendida de todo conteúdo concreto sensível, abstrata e morta, em que se apresenta nos produtos um trabalho social que pertence ao passado, fenômeno que se desenvolve, num movimento imanente às relações de troca, até alcançar a forma de dinheiro, a 'coisa abstrata'." (Kurz, 1993, pág. 26)

Kurz combate a teoria econômica burguesa por considerar a forma do valor e a sociedade da qual é

expressão, como elementos naturais eternos e sempre existentes. O dinheiro e o trabalho, na visão burguesa, sempre tiveram a natureza atual, ou se não a tiveram desde o princípio, a forma atual é a mais desenvolvida e, também, insuperável. Diz Kurz,

"Em oposição total a essa concepção, a teoria burguesa, desde seus clássicos, compreendeu essa forma como fenômeno existente *a priori*, desistindo por fim da tentativa de explicá-lo." (Kurz, 1993, pág. 26)

Kurz critica a economia burguesa como a real essência da experiência fracassada das sociedades do Leste europeu. Kurz retira a culpa do colapso das sociedades do "socialismo real" da crítica da economia política de Marx. A crítica da economia política é atual e necessária, segundo Kurz. Ele diz que,

"...o colapso atual da economia soviética marca muito mais o fracasso posterior do idealismo burguês alemão do que a desatualização da crítica da economia política de Marx..." (Kurz, 1993, pág. 41)

Os representantes do movimento operário vulgarizaram a crítica da economia política de Marx, retirando o seu conteúdo fundamental que é a crítica da forma da mercadoria, do fetichismo que esta forma estabelece e do trabalho abstrato que a produziu. Diz Kurz que,

"A teoria de Marx, vulgarizada por interpretações unilaterais até tornar-se 'marxismo', foi privada de sua crítica decisiva da forma do sistema de reprodução burguês moderno; a crítica da forma-mercadoria que culmina no conceito do fetichismo, criado por Marx, foi eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou

degradada a um fenômeno mental puramente subjetivo." (Kurz, 1993, pág. 48)

Tanto no movimento operário do Leste europeu, como a Oeste, a crítica de Marx foi esquecida. Kurz afirma isso nessa passagem,

"Basta um olhar no registro quilométrico das obras de Lenin para constatar que nelas não se encontra nenhum indício de uma tematização do conceito do valor econômico e da crítica do fetichismo de Marx. A condicionalidade histórica dessa ingenuidade teórica é explicada pelo fato de que também o marxismo ocidental a arrastou consigo até nossos dias, abstraindo-se de algumas iniciativas isoladas, pouco claras e sem maior resultado." (Kurz, 1993, pág. 49)

O fundamento da crítica de Marx ao sistema produtor de mercadorias foi esquecida. Kurz concorda com o fundamento dessa crítica, como já foi demonstrado, na sua análise das sociedades regidas pelo capital. Kurz coloca-se no campo da crítica da economia política elaborada por Marx. Vejamos a passagem que começa a confirmar essa posição,

"A crítica fundamental de Marx ao sistema produtor de mercadorias foi reprimida ou esquecida." (Kurz, 1993, pág. 68)

A crítica fundamental de Marx à sociedade produtora de mercadorias foi esquecida. Kurz propõe o resgate dessa crítica? Kurz propõe a si o resgate dessa crítica? Caso ele se proponha a tal resgate, este dar-se-ia em todos os aspectos da crítica da economia política elaborada por Marx?

Começaremos a debater, primeiramente, a última questão. Kurz vê uma contradição entre a crítica da

economia política e a posição de Marx sobre a classe operária como sujeito da destruição da sociedade produtora de mercadorias. A investigação sobre a ontologia do trabalho e sobre o trabalho abstrato são excludentes, ou seja, a investigação filosófica sobre o trabalho e a crítica da economia política não podem ser utilizadas conjuntamente; essa é a posição de Kurz.

"A afirmação do movimento operário, por parte de Marx, que nas expressões de movimento dos 'trabalhadores', 'posição do trabalhador', 'posição de classe' etc. atravessa toda a sua obra, é na verdade inconciliável com sua própria crítica da economia política, que desmascara precisamente aquela classe trabalhadora não como categoria ontológica, mas sim como categoria social constituída, por sua vez, pelo capital. Do mesmo modo que se excluem a ontologia do trabalho e a crítica do trabalho abstrato, excluem-se também a 'posição do trabalhador' e a crítica da vida do trabalhador." (Kurz, 1993, pág. 71)

Podemos responder, a partir das afirmações acima, aos objetivos desse capítulo: Kurz, ao considerar inconciliáveis a posição filosófica sobre o trabalho e a crítica econômica ao trabalho abstrato, só poderia resgatar o pensamento de Marx de forma parcial; Kurz teria que optar entre a crítica de Marx à sociedade produtora de mercadorias e a investigação filosófica sobre o trabalho. Nós vimos que em sua análise das sociedades produtoras de mercadorias Kurz optou pela crítica da economia política. Kurz tenta resgatar a crítica da economia política. Vejamos o que ele diz,

"Enquanto na própria obra de Marx a contradição aparece ainda como posição

insuperada entre a 'posição do trabalhador' e a crítica da economia política, o marxismo dos epígonos eliminou quase completamente a decisiva crítica formal de Marx do trabalho produtor de mercadorias, mantendo a fixação à sociedade de trabalho." (Kurz, 1993, pág. 81)

Kurz torna opostos o conceito filosófico e o conceito econômico-crítico do trabalho em Marx. Porém, nós vimos no segundo capítulo, que o conceito econômico-crítico do trabalho foi construído por uma visão filosófica desenvolvida por Marx (ver págs. 36 e 37). A obra de Marx é fruto dessa unidade entre a investigação filosófica, que permitiu a descoberta da dialética materialista, e a crítica da realidade concreta no capitalismo. Kurz, na verdade, está confundindo o trabalho produtor de valores de uso com o trabalho investigado filosoficamente. Daí a negação de Kurz ao papel da classe operária como sujeito da destruição do capitalismo; papel que é afirmado por Marx por meio do humanismo e da dialética. Vejamos a fundamentação de Kurz para essa negação do papel da classe operária,

"Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do 'trabalho', da 'classe trabalhadora', ou da 'luta das classes trabalhadoras'." (Kurz, 1993, pág. 227)

Kurz quer resgatar a crítica da economia política e a confirmação desse fato é dada pela passagem abaixo, em que a partir de uma crítica ao

trabalho abstrato Kurz propõe a destruição da sociedade produtora de mercadorias. Diz Kurz que,

"...tem que ser interrompido por toda parte e aniquilado, o quanto antes, esse sistema mundial da rentabilidade e dos processos abstratos de exploração em empresas."
(Kurz, 1993, pág. 233)

O que Kurz está propondo é a revolução para destruir o capitalismo. Porém, Kurz nega o papel das classes na destruição das sociedades regidas pelo capital. Ele diz que,

"Tratar-se-ia de uma revolução de fato, mas não daquele tipo no qual uma 'classe' dentro da forma-mercadoria (e constituída por essa) tivesse que 'derrotar' outra 'classe', como sujeito antípoda."
(Kurz, 1993, pág. 233)

Kurz atribui o papel da derrubada do capitalismo à conscientização de pessoas em torno da necessidade de destruir a forma-mercadoria e resgatar a apropriação sensível dos produtos, ou seja, eliminar o valor. Vejamos a passagem seguinte,

"Mas para essa revolução...teria primeiro que se formar um movimento de supressão, como força social, e isso é apenas possível por meio da consciência e...mediante a conscientização...Provavelmente não seria difícil chegar com muitas pessoas ao acordo de que a 'razão sensível' tornou-se tão necessária quanto um pedaço de pão e que é precisamente a lógica abstrata, independentizada, da rentabilidade que está destruindo o mundo." (Kurz, 1993, págs 233 e 234)

Kurz afirma que as classes são formadas pela forma-mercadoria e daí a sua negativa do papel da classe operária como sujeito da revolução. Poderíamos perguntar a Kurz se todas as pessoas, na sociedade

CONCLUSÃO

Discutimos no primeiro capítulo a concepção de Marx sobre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O trabalho concreto como presente em todas as épocas históricas, mas no capitalismo submetido ao trabalho abstrato.

O trabalho concreto é o trabalho produtor de objetos úteis, de valores de uso. O trabalho concreto é o trabalho realizado por determinados profissionais na produção de objetos úteis.

A relação de troca entre duas mercadorias oriundas de trabalhos privados, autônomos e independentes deixa de lado as propriedades úteis-materiais dessas mercadorias. Já não importa o trabalho de natureza concreta, que satisfaz necessidades humanas, mas o trabalho humano igual, indiferenciado e abstrato que permite a comparação entre as mercadorias. O que importa não é mais o efeito útil do produto e sim, o tempo de trabalho que custou a produção de determinada mercadoria.

No segundo capítulo discutimos o instrumental filosófico da dialética e da concepção do homem, que Marx utilizou para dar suporte às suas investigações no campo da economia, da realidade capitalista.

Descobrimos a primazia da dialética e de uma concepção do homem nas descobertas de Marx, em sua

construção de uma crítica da economia política. Descobrimos ainda que a problemática filosófica não foi abandonada por Marx ao longo de toda a sua produção teórica. Não somente Marx não abandona a problemática filosófica, como é impossível captar o sentido de suas descobertas sem a consideração de que uma base filosófica dá suporte à crítica da economia política. Não podemos compreender "O Capital" sem levar em conta a dialética e o humanismo que sustentam todo o arsenal econômico-crítico de Marx.

No terceiro capítulo comparamos os conceitos utilizados por Robert Kurz, em seu livro "*O Colapso da Modernização*", para analisar a derrocada do Leste europeu e os conceitos de Marx na sua investigação do capitalismo.

Kurz resgata a questão do trabalho humano abstrato como elemento definidor de uma sociedade em que a produção de mercadorias é dominante. Trabalho abstrato e trabalho concreto são conceitos utilizados por Kurz e que correspondem aos mesmos conceitos utilizados por Marx em "O Capital".

Kurz resgata a crítica da economia política em sua utilização dos conceitos de trabalho concreto e abstrato. Porém, Kurz não compreende a ligação entre a questão de natureza filosófica e econômica em Marx. Kurz chega a combater Marx, justamente em uma questão essencial para o pensamento deste, que é a atribuição de um papel revolucionário para a classe operária.

Kurz confunde a problemática filosófica do trabalho com a atribuição de uma eternidade ao trabalho produtor de mercadorias (veja páginas 73 e 74). Kurz resgata Marx parcialmente na questão do trabalho na realidade capitalista (trabalho concreto e abstrato), mas não consegue compreender o papel que a investigação filosófica do trabalho teve nas descobertas de Marx em torno da própria realidade capitalista. Esse é o desembocadouro de nossa monografia e também a sua conclusão central: o pensamento de Marx na questão do trabalho é a unidade entre filosofia e economia. Resgatar a crítica da economia política de Marx implica, necessariamente, considerar a visão filosófica de Marx sobre o trabalho.

BIBLIOGRAFIA

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 230p.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244p.

LÊNIN, Vladimir. **Carlos Marx: Breve Esbozo Biográfico con una Exposición del Marxismo**. 1 ed. Moscou: Progreso, 1976. Tomo V.

Las Tres Fuentes y Las Tres Partes Integrantes del Marxismo. 1 ed. Moscou: Progreso, 1976. Tomo V.

MANDEL, Ernest. **A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx: De 1843 até a redação de "O Capital"**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 211p.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986. 136p.

O Capital: Crítica da Economia Política. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Vol. I. Livro Primeiro. (Os Economistas).

O Capital: Crítica da Economia Política. 10 ed. São Paulo: Civilização Brasileira-DIFEL, 1983. Vol. I. Livro Primeiro.

Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico (Livro 4 de O Capital). 2 ed. São Paulo: Bertrand Brasil-DIFEL, 1987. Vol. I.

Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Erich. *Concepção Marxista do Homem.* 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 222p.

Contribuição à Crítica da Economia Política. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 351p.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3 ed. Lisboa: Presença/Martins Fontes. 311 p.